



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

ISABELLA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA: motivos dessa criação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010).

Brasília, DF
2016

ISABELLA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA: motivos dessa criação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010).

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF
2016

A447i Almeida, Isabella Maria de Oliveira.

INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE

LINGUÍSTICA: motivos dessa criação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010). / Isabella Maria de Oliveira Almeida. -- 2016
65 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes.

TCC (graduação em Museologia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Inventário. 2. Diversidade linguística. 3. Patrimônio linguístico. 4. Proteção.
I. Título



FOLHA DE APROVAÇÃO

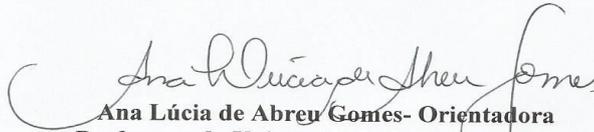
INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA: motivos dessa criação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010).

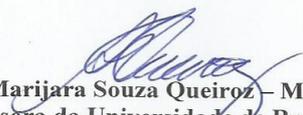
Aluna: Isabella Maria de Oliveira Almeida

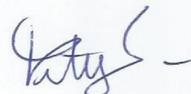
Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:


Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História Cultural - UnB


Marijara Souza Queiroz – Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Artes Visuais - UFBA


Luciana Magalhães Portela – Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Museologia - UNINE

Brasília, 28 de junho de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Jorge Luiz e Vilma, por todo apoio, compreensão e dedicação que tiveram em toda minha vida e por sempre acreditarem e confiarem em mim.

A minha irmã, Karla Biannca, por ser minha melhor amiga e conselheira, e estar presente em todos os momentos da minha vida.

Ao meu namorado Allan, por todo amor e carinho e por ser o melhor companheiro e amigo que eu poderia imaginar.

As minhas amigas Talissa e Marta, por ouvirem tantos desabafos, inseguranças e questionamentos e oferecerem sempre o melhor ombro amigo.

As minhas amigas e companheiras de curso Rayssa, Adriane e Jade, por compartilharem quatro anos e meio de muitas histórias, trabalhos, noites sem dormir e risadas sem fim.

À professora Ana Lúcia, por todo apoio e por acreditar em mim e nesse projeto, e por me orientar com tanta sabedoria e paciência.

À Márcia Sant'Anna, pela generosa entrevista, por me fornecer um pouco de seu tempo e conhecimento.

À Giovana Pereira, por me receber de forma tão cordial e sempre atender aos meus pedidos, colaborando de forma fundamental na elaboração desse trabalho.

A todos os professores da FCI, que contribuíram para minha formação como profissional e como ser humano.

A minha tia Viviane, cuja morte precoce me fez perceber a importância de cada momento e me impulsionou a seguir o caminho que desejo, sem deixar para depois.

“E até lá, vamos viver, temos muito ainda por fazer, não olhe para trás, apenas
começamos.

O mundo começa agora”.

(Metal contra as nuvens/Legião Urbana, 1991).

RESUMO

O presente trabalho é uma análise sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do Decreto 7.387/2010 como ferramenta oficial de proteção a diversidade linguística brasileira. É feita uma apresentação sobre o contexto cultural que antecedeu o INDL, averiguando-se as diferentes perspectivas que a questão do pluralismo linguístico adquiriu em diferentes momentos e contextos sociais. Em seguida, é discutida a ferramenta do INDL através da sistematização dos dados produzidos pelos três inventários existentes: Inventário da língua Talian, Inventário da língua Guaraní Mbya e Inventário da língua Asuriní do Tocantins com o objetivo de entender como essa ferramenta atua na salvaguarda do patrimônio linguístico brasileiro.

Palavras-chave: Inventário. Diversidade linguística. Patrimônio linguístico. Proteção.

ABSTRACT

This essay is an analysis about the Inventário Nacional da Diversidade Linguística, INDL (National Inventory of Linguistic Diversity), created by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (National Institute of Historic and Artistic Heritage), through the decree 7.387/2010, as an official protective tool of Brazilian linguistic diversity. A presentation of the cultural context that preceded the creation of INDL is done here, examining the different perspectives that linguistic pluralism has acquired in different times and social contexts. After that, the tool of the Inventory is discussed through the systematization of data produced by the three existing inventories: Inventário da língua Talian, (Inventory of Talian Language), Inventário da língua Guarani Mbya (Inventory of Guarani Mbya language) and Inventory da Língua Asuriní do Tocantins (Inventory of Asuriní language of Tocantins) with the aim to understand how this tool act for the preservation of the Brazilian linguistic heritage.

Keywords: Inventory. Linguistic diversity. Linguistic heritage. Protection.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Objetivos e Metodologia	19
Tabela 2: Dados sobre as línguas inventariadas	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ASSAPRORATABRAS: Associação dos apresentadores de programas de rádio Talian no Brasil

CEC: Comissão de Educação e Cultura

CF/88: Constituição Federal de 1988

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

DPI: Departamento do Patrimônio Imaterial

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

GTDL: Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística

ILG: Inventário da Língua Guarani Mbya

INDL: Inventário Nacional de Diversidade Linguística

INRC: Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPOL: Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

LALI: Laboratório de línguas indígenas

MEC: Ministério da Educação

MJ: Ministério da Justiça

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPI: Serviço de Proteção ao Índio

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB: Universidade de Brasília

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	MEMORIAL	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	APRESENTAÇÃO DO TEMA	16
1.5	METODOLOGIA	18
2	O QUE É E COMO FUNCIONA UM INVENTÁRIO	20
3	CONTEXTO CULTURAL QUE ANTECEDEU A CRIAÇÃO DO INDL	24
3.1	A REPRESSÃO LINGUÍSTICA NO ESTADO NOVO (1937-1945)	24
3.2	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	30
3.3	O DECRETO 3.551/00 E O REGISTRO DOS BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL.	33
4	O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA	37
4.1	INVENTÁRIO DA LÍNGUA TALIAN	41
4.2	INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI MBYA	43
4.3	INVENTÁRIO DA LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS	46
4.4	SÍNTESE DAS LÍNGUAS INVENTARIADAS	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	ANEXO 1	58
	ANEXO 2	63
	ANEXO 3	65

1 INTRODUÇÃO

1.1 *Memorial*

Meu nome é Isabella Maria de Oliveira Almeida, tenho 25 anos, nasci e fui criada em Brasília, DF. Desde muito pequena já demonstrava grande interesse pela leitura, aprendi a ler bem cedo e sempre fui a aluna mais adiantada da classe. Minha paixão por livros teve início quando ganhei de presente, aos seis anos, uma versão infantil da Odisseia. Desde então, venho cultivando o amor à leitura e aos livros.

Estudei até o 1º ano do Ensino Médio no Colégio Tiradentes, escola particular na cidade satélite de Ceilândia, DF, onde eram frequentes os passeios a museus, teatros e diferentes pontos turísticos de Brasília. Sempre fui uma aluna de ‘Humanas’ como costumam dizer, tinha grande interesse por História, Sociologia e Filosofia e por muito tempo cogitei seguir uma dessas áreas como carreira profissional. Aos 15 anos, conheci o curso de Museologia por meio de um teste vocacional e me lembro de pensar que devia ser *demais*, mas era uma pena não ter na Universidade de Brasília, então acabei deixando a ideia de lado.

Mudei de escola no 2º ano do Ensino Médio e fui para o Centro de Ensino Médio Ave Branca, escola pública localizada em Taguatinga, DF. A escola sempre demonstrou grande interesse em incentivar os alunos a ingressarem no ensino superior, realizava constantemente feiras de profissões, testes vocacionais e palestras com profissionais de diversas áreas. Nesse momento passei por um período de grande dúvida, pois via meus amigos escolhendo cursos e faculdades e eu ainda não havia decidido nada. A única certeza que sempre tive era que independente do curso escolhido, iria estudar na Universidade de Brasília.

Depois de um período de grande dúvida e um ano de cursinho pré-vestibular, passei no curso de Fisioterapia na UnB. A escolha do curso não foi simples, gostava de diversas áreas e sempre tive dúvidas em qual caminho seguir, optei pela área da saúde, dentre outras coisas, por ser um curso novo na Universidade de Brasília. Cursei apenas 4 semestres e me vi totalmente insatisfeita, não tinha nenhuma vocação para a área e fiquei novamente perdida quanto a que curso escolher.

Ouvi falar da Museologia através de uma amiga, e me lembrei imediatamente do curso, meu interesse aumentou e decidi pesquisar sobre o conteúdo e disciplinas.

Depois de uma viagem ao Rio de Janeiro e várias visitas a museus tive certeza que queria trabalhar na área.

Entrei no Curso de Museologia em 2012 e desde então sinto que encontrei o curso certo. O interesse pela área de patrimônio surgiu depois de cursar a disciplina Museologia, Patrimônio e Memória. Nela, foram abordados conceitos sobre patrimônio material e imaterial, o que me chamou bastante atenção. Depois de fazer um trabalho sobre a exposição 'Mundo em movimento: dos saberes tradicionais à modernidade', no Memorial dos povos indígenas, surgiu o interesse pelo tema desse trabalho. Nessa exposição estavam relacionadas as diferentes línguas indígenas faladas no Brasil, grande parte delas em risco de extinção. A partir daí, fiz uma pesquisa sobre línguas e sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e fiquei surpresa ao saber que existiam mais de 200 línguas faladas no Brasil, dado que eu desconhecia totalmente.

Unindo os conhecimentos adquiridos na aula de Museologia, Patrimônio e Memória com esse trabalho, tive a ideia de fazer o Trabalho de Conclusão de Curso sobre esse tema, ainda pouco trabalhado na área Museológica, e de certa forma, contribuir para aumentar o conhecimento sobre a diversidade linguística no Brasil e sobre esse patrimônio ainda tão desconhecido.

1.2 Objetivos

O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo de criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2010. Para tanto, será feita uma breve descrição do contexto cultural brasileiro que antecedeu a criação do INDL, analisar qual o objetivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao instituir o Inventário como forma de preservação da diversidade linguística, assim como a definição do que é um Inventário e sua forma de funcionamento

1.3 Justificativa

A pesquisa sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística encaixa-se no eixo curricular: Museologia e Patrimônio Cultural do curso de Museologia da Universidade de Brasília. Por ter como objetivo fundamentar e integrar o estudo da Museologia a um campo interdisciplinar, com foco na Cultura, Memória e Patrimônio, esse eixo abarca o tema desse trabalho, que é analisar o processo de criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística como ferramenta oficial de proteção da diversidade linguística brasileira, a qual pode ser considerada uma forma de patrimônio, que carrega saberes, tradições e características próprias.

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é o instrumento oficial utilizado pelo IPHAN desde 2010 para reconhecer as línguas como Referência Cultural Brasileira. Porém, preservar uma língua vai além de seu mapeamento e registro, e envolve questões de fomento, promoção e educação, além de contribuir para valorização dos falantes e sua liberdade de expressão.

Estima-se que mais de 200 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Apesar desse número ainda ser alto, acredita-se que entre o período colonial e o atual Estado Brasileiro mais de 1.078 línguas faladas no Brasil foram gradativamente sendo eliminadas, seja por políticas educacionais ou até mesmo repressivas, que tinham como objetivo a unificação do português como única língua falada no Brasil. Segundo OLIVEIRA (2009):

A política linguística do estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa.

A perda de uma língua acarreta mais do que a extinção do falar. Com ela são eliminadas formas de saberes, tradições e parte da cultura que foi construída ao longo do tempo. Esse patrimônio cultural é desconhecido por grande parte da população brasileira, que se acostumou a ver o Brasil como um país monolíngue. O IPHAN, por meio de seu Guia de Pesquisa para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (2014), afirma que:

As consequências da extinção das línguas são diversas e irreparáveis, tanto para as comunidades locais de falantes quanto para a humanidade como um

todo. Ela tem impacto imediato na perda de diversidade cultural, uma vez que cada língua possui os meios específicos, historicamente construídos de se conceber, conhecer e agir sobre o mundo, incluindo conhecimentos altamente técnicos [...]

Diversos motivos ligados à Cultura, Patrimônio, reconhecimento de comunidades minoritárias e direito à liberdade de expressão contribuíram, naquele contexto, para criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. A pesquisa tem como foco analisá-los afim de se aprofundar no tema pois, as línguas atualmente correm sérios riscos de extinção. O registro serviria como uma tutela para esses falares e evitaria a perda da língua. Tão importante quanto avaliar as razões que culminaram na criação do INDL é identificar se as mesmas estão sendo supridas com a instauração do Inventário e se o mesmo foi a alternativa mais viável para salvaguarda linguística. Para Morello (2012), o inventário seria um instrumento de gestão e conhecimento das línguas, e não só de arquivamento.

Essa pesquisa contribuirá para ampliar o conhecimento a respeito do patrimônio linguístico no Brasil, tema ainda pouco trabalhado na área museológica, além de contribuir para o debate a respeito da futura criação do Livro de Registro de Línguas.

1.4 Apresentação do tema

A questão da diversidade linguística brasileira nem sempre foi algo debatido pela sociedade. Oliveira (2009) afirma que desde os tempos coloniais até muito recentemente, na década de 2000, predominou a concepção de que o Brasil era um país monolíngue, e que diferentes línguas faladas aqui deveriam ser eliminadas, como uma maneira de manter a unidade nacional.

Essa ideia de monolingüismo no Brasil passa a ser questionada com mais frequência a partir da instituição do decreto nº 3.551/2000, que reconhece o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial como Patrimônio Cultural Brasileiro. Apesar de não abarcar o Registro de Línguas, o referido decreto abre um precedente histórico para o reconhecimento e registro de diferentes línguas faladas no Brasil.

Sendo assim, em 2001 surge o primeiro pedido de Registro de língua, vindo dos falantes da língua Talian, de origem italiana, presente no Sul do Brasil. Naquele momento, o IPHAN negou o Registro da língua, alegando que ela não se encaixaria em nenhum dos quatro livros pré-existentes, a saber: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares. No entanto, o IPHAN reconheceu a necessidade de maior estudo nessa área, e da criação de uma ferramenta específica que pudesse preservar tal patrimônio.

Surge então o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) através do decreto nº 7.387/2010, que tem como objetivo a identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa foi a alternativa encontrada pelo IPHAN para concentrar esforços no mapeamento, reconhecimento e promoção dessas línguas.

O interesse pelo INDL surgiu após aulas teóricas sobre Museologia, Patrimônio e Memória, onde foi discutido a questão da instituição dos Livros de Registro de Bens Imateriais pelo IPHAN, como maneira de preservar e promover o patrimônio imaterial. O debate sobre as línguas se encaixaria justamente no cerne dessa questão pois, em um país onde a maioria predominante fala uma única língua, o português, que lugar caberia àquela parcela da população que fala outra língua? Diante desse questionamento e da recusa, em primeiro momento, do IPHAN em criar o Livro de Registro de Línguas, por falta de conhecimento específico na questão, ficou a indagação de como a ferramenta do Inventário impactaria, positivamente ou não, na salvaguarda desse bem.

1.5 **Metodologia**

Para cumprir com o objetivo geral desse trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental na Biblioteca da Universidade de Brasília, no Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN) e buscas por bibliografia em bases de dados online. Em seguida, foi realizada uma entrevista com Márcia Sant'Anna, diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial à época e Coordenadora do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística, com objetivo de esclarecer alguns pontos do processo. Os dados coletados na entrevista foram transcritos e utilizado na elaboração do desenvolvimento do presente trabalho.

A tabela abaixo traz detalhado os objetivos específicos e a metodologia usada em cada um. A realização dos objetivos específicos foram etapas que possibilitaram resolução do objetivo geral desse trabalho.

Tabela 1: Objetivos e Metodologia

Objetivos específicos	Metodologia
Analisar o contexto cultural que antecedeu a criação do INDL.	Levantamento bibliográfico em bases de dados online e pesquisas na Biblioteca da Universidade de Brasília.
Analisar o objetivo do IPHAN ao instituir o INDL	Levantamento bibliográfico, pesquisa documental no DPI/IPHAN; Elaboração de roteiro e entrevista com Márcia Sant'Anna.
Definição do que é e como funciona um inventário	Levantamento bibliográfico em bases de dados online pesquisas na Biblioteca da Universidade de Brasília

Tabela produzida pela autora.

Para melhor compreensão do tema, esse trabalho foi dividido em 5 partes, que serão descritas de forma sucinta abaixo.

No capítulo 1 onde há uma visão geral sobre o tema, subdivido em: Memorial, objetivos, justificativa, apresentação do tema, revisão de literatura e por fim, a metodologia aplicada. Este capítulo tem como objetivo introduzir o tema da pesquisa aos leitores.

No capítulo 2 foi feita uma análise sobre o que é um inventário e como essa ferramenta funciona. Além de uma definição geral foi feita uma descrição específica

voltada para o patrimônio imaterial, visando esclarecer ao leitor a importância da utilização dessa ferramenta na preservação desse tipo de bem.

No capítulo 3 há uma análise sobre o contexto cultural que antecedeu à criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Esse capítulo objetiva situar o leitor nas diferentes perspectivas sobre esse tema, e mostrar como o debate sobre a patrimonialização das línguas adquiriu diferentes concepções através do tempo. O capítulo é subdividido em três partes: a repressão linguística no Estado Novo, que traz uma visão de como as políticas linguísticas do Governo Vargas afetaram negativamente a diversidade linguística no país, principalmente em relação a língua de imigrantes. Em seguida é analisada a Constituição Federal de 1988, considerada um marco positivo nas políticas de preservação de bens materiais e imateriais e na ampliação das formas de proteção desses patrimônios. E por fim, é feita uma descrição do Decreto-lei 3.551/2000, que trata sobre o Registro de Bens de Natureza Imaterial e que abriu precedentes para a realização de um registro do Patrimônio linguístico brasileiro.

No capítulo 4 há uma descrição do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e uma análise sobre os três inventários produzidos até hoje: Inventário da língua Talian, da língua Guarani Mbya e da língua Asuriní do Tocantins. Essa análise resultou em uma tabela, onde foram sistematizadas as principais informações que esses inventários produziram a respeito das línguas. Em seguida é feito um fechamento, com uma análise crítica sobre toda a pesquisa.

Para finalizar, o capítulo 5 traz as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida, por meio da análise e avaliação do processo.

2 O QUE É E COMO FUNCIONA UM INVENTÁRIO

Segundo o dicionário Michaelis, o termo inventário vem do latim *inventarium*, substantivo masculino que significa catálogo, registro, rol dos bens deixados por alguém que morreu; longa enumeração ou descrição pormenorizada.

Dentre os significados relacionados acima, destaco catálogo, registro e descrição como os principais expoentes da política de preservação de bens imateriais, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem realizando desde 2000 com a instituição do Registro de bens de natureza imaterial, através do decreto 3.551/2000.

Em seu Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o IPHAN define que:

Inventariar, significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial (INRC MANUAL DE APLICAÇÃO, 2000, p.28).

Com a Constituição Federal de 1988 o inventário ganha uma nova percepção, tornando-se uma ferramenta criada pelo Estado como forma de organizar a sucessão de bens que seriam de interesse da sociedade.

De acordo com o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. ”

Miranda (2008) afirma que com a Constituição Federal de 1988 o inventário foi reconhecido como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural:

Com o advento da Constituição Federal de 1988 o inventário foi finalmente alçado, em nosso país, a instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação. [...] sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. (MIRANDA 2008).

De forma mais detalhada, o autor descreve como funciona o registro de bens em um inventário:

Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância, histórico, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. Assim, o inventário tem natureza de ato administrativo declaratório restritivo porquanto importa no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, daí passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua preservação [...]. (MIRANDA, 2008).

Apesar da Constituição Federal reconhecer o patrimônio imaterial assim como a ferramenta do inventário, não havia até recentemente, na década de 2000, uma política definida para a preservação de bens imateriais pelo Estado Brasileiro.

A primeira iniciativa do IPHAN para a criação de uma ferramenta que pudesse preservar os bens imateriais, surgiu em 1997, com o seminário internacional: “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”. Desse seminário resultou a chamada Carta de Fortaleza, que recomendava a criação de um inventário, juntamente com um grupo de pesquisa para realizar estudos sobre os bens culturais brasileiros.

Desse encontro então resultou a criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, o GTPI, o decreto 3.551 de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial, assim como a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e por fim, a instituição do INRC como ferramenta para proteção de bens materiais e imateriais, considerados referências culturais brasileiras.

O desenvolvimento de tais instrumentos serviu para ampliar as ferramentas de preservação e reconhecimento do patrimônio imaterial e dos Bens culturais brasileiros.

Apesar da política de inventário ser relativamente recente, seria um equívoco não citar a noção de inventário e o Anteprojeto¹ de Mário de Andrade, ainda na década de 1930, realizado a pedido do Ministro Gustavo Capanema, e que viria a

¹ Em 1936 Mário de Andrade foi convidado pelo então Ministro da Cultura Gustavo Capanema a desenvolver um projeto de preservação ao patrimônio cultural brasileiro. Esse documento serviu como base para a criação do Serviço da Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que definia o patrimônio histórico e artístico nacional como "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

ser a base do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que pode ser considerado o início de uma concepção de bem imaterial e do inventário como principal forma de salvaguarda do mesmo.

Segundo Nogueira (2005), o Anteprojeto de Mário de Andrade veio em um momento fundador de um discurso sobre patrimônio e institucionalização de uma prática preservacionista. Em um contexto social onde o nacionalismo ganhava força e a ideia de construção de nação estava bastante presente nas práticas preservacionistas, que davam prioridade a monumentos e objetos materiais, Andrade foi além, e dedicou-se ao estudo e registro de diferentes práticas culturais no Brasil, entre danças, festas, músicas e tradições.

Nogueira (2005) afirma que:

A proposta totalizante de cultura embutida na noção de patrimônio de Mário de Andrade encontrou resistência entre os vários grupos que lidavam pragmaticamente com o chamado patrimônio cultural dedicando-se às práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de coloca-los à mostra segundo funções didáticas ou políticas que lhes eram atribuídas. (NOGUEIRA, 2005, p. 220).

Nesse contexto, ganhou destaque o termo Patrimônio Cultural, que, na definição de Chuvá (apud NOGUEIRA, 2005, p.226) representaria, aquilo que se dá pela diferença, o que um determinado grupo social considera sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos.

A ideia de patrimônio como forma de contribuir para consolidação de uma nação em construção estava diretamente associada à preservação de bens materiais, ou seja, grandes monumentos que serviriam como representantes da nação. Sendo assim, o tombamento era o principal instrumento de preservação existente à época.

Por ter uma noção de patrimônio mais totalizante que incluía danças, expressões, músicas, folclore, entre outros, Mário de Andrade defendia a necessidade de uma ferramenta mais ampla, que pudesse abarcar tais concepções de patrimônio cultural. Assim, o inventário seria a forma de registro adequada para bens imateriais, correspondente ao tombamento para bens materiais.

Identificar uma concepção de preservação que coloque o inventário no centro de sua prática, legitimando-o como instrumento de preservação em si

mesmo e não apenas como ferramenta de gestão para os bens tombados. (NOGUEIRA, 2007, p.259).

No entanto, a visão nacionalista dominante da época e a intensa preocupação em preservar monumentos que contassem a história da nação fez com que a política de preservação do SPHAN ficasse um pouco distante do Anteprojeto de Mário de Andrade e sua noção de inventário.

Aquela função primeira de identificar e registrar as manifestações culturais de um povo, ou seja, conhecer para valorizar, perde a essência, constituindo-se num instrumento técnico para apenas “informar” sobre e “reconhecer” aqueles valores preestabelecidos pela inteligência do SPHAN, detentores do privilégio de tombamento. (NOGUEIRA, 2005, p. 250).

Passadas algumas décadas, a questão do patrimônio imaterial brasileiro voltou a ganhar destaque, após a instituição do decreto 3.551/2000. A utilização de inventários como ferramenta de preservação ganha maior notoriedade, sendo uma ferramenta desassociada do tombamento. Como visto, o IPHAN utiliza a ferramenta do inventário como forma de registro e proteção de Bens e é um desses, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, que será o foco dessa pesquisa.

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), é instrumento oficial de reconhecimento das línguas como referência cultural brasileira. De acordo com o Decreto 7.387/2010, o inventário tem como objetivo a identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Morello (2012) acredita que é necessário manter o foco político do inventário: de ser um instrumento de conhecimento e gestão da realidade linguística brasileira e não apenas de arquivamento das línguas. A autora também ressalta a importância histórica dessa iniciativa política para as comunidades linguísticas brasileiras, que historicamente, foi renegada pelo Estado Brasileiro. Nessa perspectiva, será analisada a importância do Inventário Nacional de Diversidade Linguística como instrumento de preservação dessas línguas.

3 CONTEXTO CULTURAL QUE ANTECEDEU A CRIAÇÃO DO INDL

3.1 *A repressão linguística no Estado Novo (1937-1945)*

A afirmação de que no Brasil se fala português parece tão simples e correta que dificilmente levantaria algum tipo de questionamento. No entanto, ao analisar a política linguística instaurada no Brasil, do império à república, veremos que a diversidade linguística no país sempre esteve presente, sendo repreendida e perseguida em diversos contextos, buscando sempre a unificação da língua. Oliveira (2009) afirma que as políticas linguísticas do Brasil caminharam para um verdadeiro glotocídio, ou assassinato das línguas.

[...] produziu-se o “conhecimento” de que no Brasil se fala o português, e o “desconhecimento” de que muitas outras línguas foram e são igualmente faladas. O fato de que as pessoas aceitem, sem discutir, como se fosse um “fato natural”, que o português é a língua do Brasil foi e é fundamental, para obter consenso das maiorias para as políticas de repressão às outras línguas, hoje minoritárias. (OLIVEIRA, 2009).

Estima-se que no Brasil já existiram cerca de 1.078 línguas indígenas de diferentes troncos linguísticos. Atualmente houve uma redução significativa nesse número; estima-se que apenas 170 línguas autóctones sobreviveram. Apesar da drástica redução, ainda persiste uma grande variedade linguística no Brasil, que por muitos é desconhecida. Segundo o Censo do IBGE de 2010, as 170 línguas indígenas somam-se a 30 línguas alóctones, totalizando cerca de 200 línguas faladas em território nacional.

Das cerca de 1.078 línguas indígenas faladas em 1500, ficamos com aproximadamente 180 em 2000 (um decréscimo de 85%), e várias destas 180 encontram-se em estado avançado de desaparecimento, caracterizando uma verdadeira catástrofe cultural, já que a extinção de uma língua acarreta a perda de conhecimentos milenares ou centenários produzidos pela cultura do respectivo povo. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GTDL, 2006/2007, p.4).

Várias foram as razões, durante a colonização brasileira e posteriormente, no império e república para coagir o uso de outras línguas, senão o português. A imposição da cultura do colonizador durante a colônia e o império, e a unificação nacional na República, são os pontos-chaves dessa política. Ao analisarmos a história, veremos que esse debate esteve presente em diferentes contextos e épocas, e sobre diferentes prismas políticos.

Podemos ver o debate sobre a língua e a intensa preocupação com a nacionalização do país já na recém instaurada república. Em 1921, durante uma conferência interestadual sobre educação primária, o então Ministro da Justiça, Alfredo Pinto Vieira de Melo levanta a questão da língua e de uma iminente desnacionalização do país, devido ao uso de outras línguas, por ele chamada de exóticas, no sul do país.

"E, como se esse mal não bastasse, surge outro não menos grave: a lenta, mas segura desnacionalização da infância nos Estados do Sul, onde inúmeras crianças brasileiras frequentam escolas, em que o ensino é ministrado exclusivamente em idiomas. Exóticos, rendendo-se assim à alheia pátria o culto devido à nossa". (1º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1946, p.9)

Nessa mesma conferência, o Ministro Vieira de Melo alerta para a necessidade de criação de escolas primárias nos municípios, para favorecer a nacionalização do ensino, e sugere que as escolas estrangeiras permaneçam sob fiscalização do Estado.

O forte sentimento nacionalista que emergiu no Estado Novo (1937-1945) teve grande influência na produção intelectual, literária e até mesmo na política educacional do período. O projeto de nacionalização da educação, imposto por Vargas, com apoio do exército brasileiro, provocou forte repressão em comunidades bilíngues, principalmente de imigrantes, que foram coagidos a não mais falar sua língua materna.

Houve uma forte movimentação política para reprimir o uso de outras línguas em território nacional que visava impor o português, principalmente para os imigrantes aqui residentes, numa política de repressão linguística.

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas [...] (OLIVEIRA, 2009).

O principal grupo afetado por essa política foram os imigrantes, em grande parte no Sul do país, que sofreram pressões psicológicas e torturas físicas, caso insistissem em falar sua língua materna. É sabido que o Sul do Brasil tem forte ascendência europeia, devido à intensa imigração ocorrida naquela região no século

XIX. Tais imigrantes traziam consigo sua cultura, inclusive a língua, vetor principal em qualquer cultura de tradições, saberes, lembranças. Era a herança de sua terra natal que era passada a seus descendentes aqui nascidos.

A nacionalização do ensino pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura minifundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão linguística, através do conceito jurídico de “crime idiomático” inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão. (OLIVEIRA, 2009).

Influenciado igualmente pela Segunda Guerra em pleno auge naquele período, a repressão às línguas europeias, como alemão, italiano e outros era extremamente rígida, visando evitar aproximações dos imigrantes como o pensamento nazifascista que dominava a Europa. É importante ressaltar que o uso de línguas como o inglês ou francês continuou sendo oferecido em algumas escolas, como opção de ensino de língua estrangeira, ressaltando que a repressão tinha como alvo principal as línguas faladas por países do Eixo².

O clima tenso criado pelas duas guerras mundiais serviu para acirrar as medidas de “assimilação forçada” dos imigrantes ao monolinguismo em português, especialmente diante da alegação do chamado “perigo alemão”, de que se criasse um estado alemão no sul do Brasil (ROCHE 1969 apud. ALTENHOFEN, 2004, p,84).

É justificável que a instabilidade política causada pela Segunda Guerra Mundial trouxesse inúmeras consequências de ordem social para o Brasil. Depois de seu alinhamento ao grupo dos aliados, o Brasil passou a tomar medidas que afastassem qualquer relação do país com a cultura ou pensamento germânico, o que afetou diretamente os imigrantes do Sul, muitos vindos da Alemanha nos séculos XIX e XX. A repressão e a pressão sofrida por eles, para o abandono de sua língua materna, tinha então duas bases: a unificação do português como única língua, a língua nacional e o total afastamento de qualquer relação com o pensamento alemão, que pudesse ser associado ao pensamento nazista.

Rocha (2004) afirma que houve, nesse contexto uma pressão para apagar as origens dos imigrantes, num processo de abrasileiramento forçado. O ensino do

² Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram formadas duas alianças militares: o Eixo, composto pela Alemanha, Itália e Japão alinhados ao pensamento nazifascista e os aliados, formado pelo Estados Unidos, União Soviética e o Império Britânico. Em 1942, após navios brasileiros serem afundados por submarinos alemães, a Brasil entra oficialmente na guerra, ao lado dos Aliados.

português, mas do que o aprendizado da fala, era um exercício de nacionalidade, que distinguia quem era brasileiro daqueles vindos de fora.

O imigrante foi severamente repreendido pelo uso da língua estrangeira, num momento em que a política externa favorecia o abasileiramento do imigrante, numa perspectiva nacionalista, entendendo que a língua era, se não o maior símbolo de identificação da cultura europeia, e por isso, havia uma necessidade de controle quanto a sua utilização afim de que o imigrante assumisse uma identidade nacional, renegando suas origens. (ROCHA, 2004, p.2)

Podemos ver, de uma forma mais clara, a maneira como essa política de nacionalização era aplicada, ao analisarmos o Decreto-lei 406 de 1938 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Em seu artigo 85, o decreto deixa claro que o ensino será dado prioritariamente em língua portuguesa e discorre sobre demais providências, que visam, de maneira geral, reduzir o uso de línguas estrangeiras em território nacional.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

O referido decreto não limitava apenas a educação fundamental em português, para jovens de até quatorze anos, mas também impunha uma certa censura na produção intelectual desses imigrantes, que deveria passar pelo crivo do Estado antes de receber carta livre para publicação. Isso mostra a dimensão que a política de nacionalização Estado Novista tomou, afetando não só os imigrantes recém-chegados, mas também aqueles que aqui já estavam e seus descendentes.

Cabe ressaltar que, apesar da forte repressão do Estado, muitas vezes utilizando de punições físicas contra os imigrantes, a imposição do uso do português não foi tarefa simples. Ronsani (2015, p.54) afirma que o Estado chegou ao ponto de invadir casas e queimar livros escritos em línguas estrangeiras, como o alemão, numa tentativa de reprimir o uso das línguas, no entanto, houve resistência por parte dos falantes, que Oliveira (2009) define como uma guerra de línguas. Muitas comunidades insistiram no uso da língua materna, preservaram seus hábitos e tradições, mesmo que longe dos olhos do Estado.

Se por um lado houve uma intensa repressão aos imigrantes e suas línguas, visando principalmente afastar qualquer relação com o pensamento e cultura europeias, a situação foi diferente quando a questão era a população indígena.

A construção de uma nacionalidade e de um passado comum à nação foram umas das bases do governo Vargas. Com esse objetivo, foram tomadas diversas medidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para a construção uma história nacional, em que, um dos principais atores seriam os índios.

Assessorado pelo DIP, por intelectuais e artistas da época, teve início um período em que o índio foi colocado como símbolo da brasilidade, um representante legítimo da ancestralidade da nação. Várias foram as manifestações culturais que exaltaram e enalteceram a importância do índio na construção da nação. A Semana de Arte Moderna de 1922³ pode ser considerada o princípio da utilização do índio como herói na arte e na literatura. Garfield (2000, p.20) cita movimentos como o Verdeamarelo na qual o índio era glorificado e a língua Tupi era colocada como símbolo nacional.

Apesar da atenção dada aos indígenas, é possível perceber que a intenção de Vargas, do DIP e até mesmo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁴ não era a preservação da cultura e diversidade indígena, mas a integração desses à sociedade brasileira.

É possível notar isso em uma declaração feita pelo SPI:

³ A Semana de Arte Moderna aconteceu em São Paulo, em fevereiro de 1922 e contou com a participação de vários artistas, entre eles: Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, e Oswald de Andrade. Buscava um rompimento com os padrões estéticos vigentes e a busca por uma identidade própria brasileira.

⁴ O Serviço de Proteção aos Índios foi criado em 1910 e funcionou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI),

Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação a nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível. (GARFIELD, 2000, p. 18).

Tal declaração esclarece que o objetivo do Estado, naquele momento, não era desenvolver políticas de preservação da cultura indígena, mas integra-lo à cultura brasileira de forma definitiva. Garfield reitera essa ideia e afirma que a proposta de Vargas e sua equipe de governo era civilizar o índio, tornando-os exemplos de cidadãos brasileiros. Para isso, o Estado envolveu os índios em políticas de civilização, oferecendo escolas, acesso a saúde e outras proteções do Estado, visando sempre a integração do índio a nação, impulsionado também a chamada Marcha para o Oeste⁵.

De fato, o abraço simbólico do índio pelo Estado Novo acabou por sufocá-lo. Esmagados pela retórica do governo, os índios teriam de lutar para expressar seus próprios pontos de vista em relação a sua terra, comunidade, cultura e história. (GARFIELD, 2000, p.24).

O objetivo do Estado Novo então, não era estabelecer políticas de preservação da cultura indígena, mas inserir o índio, até então visto como incapaz, na sociedade brasileira, de forma idealizada, e para isso, o Estado precisava educá-lo, dentro da 'civildade' nacional.

A questão linguística sempre foi conflitante no Brasil. Houve sempre uma preocupação do Estado em unificar a língua nacional, a fim de proporcionar uma unidade a um país tão vasto e com influências de tantos lugares diferentes. Vemos que a pluralidade linguística nem sempre foi vista com bons olhos, ou percebida como um patrimônio nacional, mas sim, como uma ameaça ao Estado e a nação.

A concepção de língua como patrimônio permaneceu, por bastante tempo, distanciada das políticas nacionais. Por mais que fosse uma realidade, foi por muito tempo reprimida ou colocada em segundo plano. Por um período muito longo, essa realidade permaneceu condenada à repressão e esquecimento pelo Estado.

⁵ Durante o Estado Novo, houve uma preocupação do governo em estimular a ocupação do Oeste do país. A chamada Marcha para o oeste estimulou a ideia de que havia uma grande área no país, com grande potencial, porém ainda pouco explorada. Para que a Marcha para o oeste rendesse os frutos imaginados, era necessária uma maior interação com índios que habitavam essas terras. A ideia central do governo era estimular que os índios trabalhassem na terra, desenvolvendo-a e contribuindo para o crescimento do país, além de diminuir o nomadismo das tribos e a "desocupação" dos índios. Em troca, tais tribos seriam beneficiadas pela proteção do Estado, com acesso à educação, saúde e representatividade no governo, através do SPI, Serviço de Proteção ao Índio.

O primeiro passo para o reconhecimento de tal realidade foi dado com a Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição democrática. Ela ampliou a concepção de patrimônio, incluindo a categoria de patrimônio imaterial, que possibilitou a inserção de manifestações culturais que antes não tinham espaço ou reconhecimento pelo Estado.

3.2 A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na democracia brasileira. Depois de vinte anos de ditadura militar, a CF/88 representou o início da retomada em direção a um Estado democrático, baseado no 'exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos'⁶.

Dos vários avanços trazidos pela Constituição, vamos nos dedicar, nesse trabalho, aos que se referem ao patrimônio cultural. Fazendo uma breve análise nas Constituições anteriores, vemos que sempre houve uma preocupação com a preservação dos Bens Culturais brasileiros. No entanto, a prioridade do Estado, até a CF de 1988 era a manutenção e preservações de bens materiais, deixando à parte as manifestações culturais que não possuíam suporte físico.

O primeiro documento criado no Brasil para proteção de Bens Culturais foi o decreto-lei nº 25 de 1937. Naquele contexto, a denominação utilizada pelo Estado era Patrimônio histórico e artístico nacional, e existia a intenção predominante em conservar bens materiais de valor histórico para nação, pois existia um forte empenho do Estado em formar uma memória nacional, sendo priorizado então a conservação dos bens físicos que remetessem a esse passado. Como dito por Varine (2002) a 'principal qualidade dos bens materiais é serem tangíveis, multiplicando a virtude pedagógica dos mesmos'.

O Decreto lei nº25/37 em seu artigo 1, determina que:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do

⁶ Texto retirado da Constituição Federal de 1988.

Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Como forma de preservação desse patrimônio, o decreto institui a inscrição em um dos livros do tomo.

Na Constituição Federal de 1937, durante o Estado Novo, destacamos o artigo 134, o qual descreve:

Art. 134: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos estados e dos municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937 apud GUIMARÃES, p.4).

Nota-se que a preocupação na preservação de monumentos históricos, artísticos e naturais, seguia a mesma linha do Decreto-lei nº25/37, e de uma forma geral, buscava preservar bens materiais que pudessem representar a nação. Não muito distante dessa visão materialista, a Constituição Federal de 1967, já em período militar, trouxe uma definição semelhante:

Art. 172. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967 apud GUIMARAES, p.5).

Tendo por base as demais constituições, nota-se que a CF/88 ampliou a noção de patrimônio. O termo patrimônio histórico e artístico foi alterado para Patrimônio Cultural Brasileiro e a inserção do termo imaterial possibilitou o reconhecimento e preservação de formas de fazer, festas, danças, costumes e diferentes manifestações culturais imateriais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Aliado ao reconhecimento do patrimônio imaterial, podemos destacar como um grande avanço na CF/88 o reconhecimento da língua indígena. Em seu artigo 231 a CF reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. O reconhecimento da língua indígena foi um ganho na preservação do patrimônio linguístico brasileiro; Morello e Oliveira, no entanto, ressaltam que, no texto constitucional, não existe referência a preservação de línguas alóctones, ou seja, as línguas de imigrantes ficaram, mais uma vez, desprovidas de um instrumento de proteção.

A Constituição de 1988, como se disse antes, foi um passo importante nessa direção, no que tange às línguas indígenas, atribuindo ao índio o estatuto de cidadão brasileiro que tem direito a sua língua e a sua cultura. No entanto, ela **silencia sobre as línguas alóctones** (MORELLO; OLVEIRA, grifo nosso).

Apesar de silenciar sobre a preservação das línguas de imigrantes, a Constituição abre uma possibilidade, em seu artigo 215, quando afirma que o Estado protegerá, também, as manifestações culturais de outros grupos formadores da civilização nacional:

§ 1.º O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de **outros grupos participantes do processo civilizatório nacional**. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, grifo nosso).

Tão relevante quanto a inserção do patrimônio imaterial no texto constitucional e da valorização da língua indígena, foi a atribuição de outras formas de preservação, além do tombamento, até então, única forma de preservação dos bens materiais. Em seu artigo 216, § 1.º a constituição reconhece o inventário e o registro como forma de preservação, possibilitando que o patrimônio imaterial tivesse ferramentas adequadas a sua preservação, promoção e difusão. Segundo Márcia Sant'Anna:

O inventário é, até mesmo segundo a convenção da UNESCO, e nós já sabíamos disso antes da convenção da UNESCO, ele é uma forma essencial de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Eu diria, na minha maneira de ver, que o inventário é mais importante até que o registro, porque ele que permite as instituições de preservação do patrimônio, de

fato, conhecerem adequadamente o bem que quer proteger, e uma maneira também de junto com as comunidades, construir esse bem cultural como patrimônio. (SANT'ANNA, M., 2016).

A Constituição Federal de 1988 ofereceu bases legais e instrumentos que possibilitaram a salvaguarda do patrimônio imaterial. Porém, a política de preservação de bens imateriais demorou praticamente uma década para se consolidar. Somente em 2000, através do Decreto 3.551/00, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, é que essa política se consolidou efetivamente. Sant'Anna (2016) destaca que a política de preservação linguística demorou ainda mais para se efetivar, tendo seu instrumento de preservação, o INDL, instituído apenas em 2010.

3.3 O decreto 3.551/00 e o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Mesmo reconhecido na CF/88, demorou mais de uma década para que o patrimônio imaterial recebesse um instrumento de preservação próprio. O Decreto 3.551/2000 institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, e designa a abertura de quatro livros: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e, por último, o Livro de Registro do Lugares, com possibilidade de abertura de outros livros, caso necessário.

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. (FONSECA; CAVALCANTI, 2008, p. 12).

Apesar de não abarcar o registro de línguas como Patrimônio Cultural, o decreto possibilitou que isso viesse a acontecer ao ampliar a concepção existente de patrimônio, ainda muito associada a bens materiais. Cardoso afirma que:

Em um processo de ampliação, a noção de patrimônio, que antes era ancorada nos conceitos de história e de arte e privilegiava, por isso, edificações e obras artísticas consideradas representativas do que se entendia por “alta cultura” da nação, expande-se para abarcar festas, conhecimentos, danças, lugares, paisagens, rituais entre outros objetos, vistos como constitutivos do que seria a “cultura” (no sentido antropológico). Nesse processo, o patrimônio não só histórico e artístico, mas agora cultural começa a abarcar também as “línguas”. (CARDOSO, 2010, p.12).

Em 2001, é apresentado ao IPHAN o primeiro pedido de registro de uma língua como patrimônio imaterial, feito pela Associação dos Apresentadores de Programas de Rádio Talian do Brasil (ASSAPRORATABRAS) do sul do Brasil. Entre as justificativas utilizadas pelos falantes, estavam a de que o Talian era uma “verdadeira língua, com estruturas gramaticais próprias e sintaxe” e que “depois do português, seria o idioma mais falado no Brasil”. (CARDOSO, 2010, p.13).

Naquele momento, o pedido de registro do Talian foi indeferido pelo IPHAN, que alegou à época, pouco conhecimento sobre o tema, aliado a ausência de instrumentos específicos, no caso um Livro de Registro específico, o das Línguas⁷. O IPHAN considerou que as informações fornecidas pelos falantes não eram suficientes, e esclareceu que o Livro de Registro das Formas de Expressão não abarcava o registro de línguas. Sendo assim, o pedido de registro do Talian foi arquivado.

No entanto, a recusa do IPHAN deflagrou um debate que por muito tempo foi reprimido no Brasil. Apesar de não realizar o registro, ficou claro, naquele momento, que era necessário desenvolver uma política de preservação para as línguas.

Em 2006, foi realizado um Congresso Nacional, com participação da Câmara dos Deputados, do IPHAN e do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), com o objetivo de debater a questão da diversidade linguística no Brasil e a sobre a possibilidade de criação de um Livro de Registro das Línguas.

O reconhecimento das línguas como objeto de políticas públicas e como patrimônio cultural brasileiro certamente contribuirá para a afirmação dos direitos culturais, das identidades das minorias e para a manutenção da diversidade cultural do país. (Dep. Paulo Delgado, 2009, p.1⁸).

Foram ouvidas avaliações dos representantes de cada órgão, linguistas e falantes de diferentes línguas. Ao final, a resolução do Congresso determinou a criação de um grupo de trabalho, que deveria contar com representantes dos seguintes órgãos: IPHAN, Ministério da Educação (MEC), FUNAI / MJ, UnB, Fundação Palmares, Museu Emílio Goeldi, Ministério da Cultura, Ipol, Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa feita por esse grupo deveria então ser

⁷ O Registro prevê 4 livros: o das Celebrações, o das Formas de Expressão, o de Lugares e o dos Saberes.

⁸Retirado do Seminário sobre a criação do livro para registro das línguas brasileiras. (2009).

entregue a Comissão de Educação e Cultura – CEC, que, baseada nas pesquisas e levantamentos produzidos, apresentaria um projeto de Lei à Câmara dos Deputados.

Tal Congresso resultou na criação de um Grupo de Trabalho da Diversidade linguística, GTDL, constituído por representantes da Câmara dos Deputados, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), da sociedade civil (IPOL) e a UNESCO. O GTDL seria responsável por realizar a pesquisa necessária sobre o tema, além de sugerir, ao final do processo, qual ferramenta seria adequada para a salvaguarda de tal bem imaterial. Sendo assim, ao final da pesquisa, o GTDL sugeriu a criação de um Inventário específico para Línguas, o INDL, que teria como principal função identificar, documentar e valorizar as diferentes línguas faladas no Brasil.

A criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e na sequência, quando o Inventário já estiver estabelecido, a instituição do Livro de Registro das Línguas dentro da estratégia de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial – apontam na direção do reconhecimento das comunidades linguísticas brasileiras na nova imagem plural que o país constrói para si mesmo. Reconhecem que nosso país é formado historicamente por várias comunidades linguísticas, constituídas de cidadãos brasileiros que têm o direito a manterem e a desenvolverem sua herança linguística e cultural, e contribuem para que o país continue sendo lar e abrigo de uma variada e rica parcela da experiência humana, plasmada no uso de mais de 200 línguas. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GTDL, 2006/2007, p.5).

A sugestão de criação de um Inventário que antecederesse à criação do Livro de Registro da Língua veio para suprir a necessidade de identificar essas línguas e ampliar o conhecimento sobre elas. Apesar da grande variedade linguística existente, o conhecimento sobre elas, o número de falantes, suas origens e características ainda era pequeno, sendo necessária uma ampla pesquisa que antecederesse o Registro como patrimônio. Sant’Anna também destaca que o Inventário, ao contrário do Registro, é uma política mais ampla, que abarcaria todas as línguas e colocaria todas em pé de igualdade.

[...] na medida que ele é feito de modo participativo, você deixa também com a comunidade uma ferramenta para que ela continue documentando sobre aquele patrimônio. (SANT’ANNA, 2016).

O INDL foi então instituído em 2010, através do Decreto 7.387/2010 com o objetivo de salvaguardar o patrimônio linguístico brasileiro. É importante ressaltar que a criação do INDL não impossibilita a futura criação de um livro de registro das línguas, pelo contrário, um dos objetivos do inventário era ampliar o conhecimento existente nessa área para designar melhores formas de preservação. Foram inventariadas, até o momento, duas línguas autóctones: Guarani Mbya e Asuriní do Tocantins e uma língua alóctone: o Talian.

O reconhecimento da pluralidade linguística no Brasil é um grande avanço para as comunidades linguísticas que por tanto tempo foram reprimidas em seu direito de expressão. É percebido, desde o anteprojeto de Mário de Andrade, que a contribuição cultural de uma minoria social foi relegada, prevalecendo a noção de patrimônio mais elitizada, que construísse uma concepção nacional homogeneizante e sem conflitos. O INDL veio para somar às políticas de preservação de Bens imateriais, sendo mais uma ferramenta de reconhecimento da contribuição cultural desses grupos para a formação do país.

4 O Inventário Nacional da Diversidade Linguística

Após debates sobre a criação de um Livro de Registro das Línguas, ocorridos no Seminário sobre a criação do Livro de Registro das Línguas, em 2006, ficou estabelecido, como já mencionado no capítulo anterior, a necessidade de criação de um grupo de pesquisa sobre a diversidade linguística no Brasil. Sendo assim, foi criado em seguida, através da Portaria IPHAN nº 586, de 11 de dezembro de 2006, o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), formado por órgãos como a Câmara dos Deputados, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da sociedade civil (IPOL) e a UNESCO.

Esse grupo tinha como principal objetivo o desenvolvimento de uma ferramenta de proteção à diversidade linguística brasileira, além de fazer um mapeamento sobre a atual situação das línguas aqui faladas. Após um ano de pesquisa, (2006/2007), o GTDL apresentou a proposta de criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, que seria um primeiro movimento para a criação do Livro de Registro das Línguas. Este inventário reconheceria a pluralidade linguística no Brasil e a importância que este patrimônio tem, não só para as comunidades linguísticas, mas para a formação cultural do povo brasileiro.

A criação de uma chancela oficial do Estado por meio do inventário foi então a alternativa encontrada pelo GTDL para solucionar o grande problema da seleção e patrimonialização das línguas e atender, assim, à expectativa dos linguistas, sobretudo, pelo reconhecimento amplo e irrestrito de todas elas e do que consideram ser a realidade plurilinguística do país. (CARDOSO. p. 86,87).

A proposta de criação de um inventário, foi então considerada a ferramenta mais adequada para salvaguarda do patrimônio linguístico brasileiro. Nesse sentido, Sant'Anna esclarece:

Eu diria, na minha maneira de ver, que o inventário é mais importante até que o registro, porque ele que permite as instituições de preservação do patrimônio, de fato, conhecerem adequadamente o bem que quer proteger. É uma maneira também de junto com as comunidades, construir esse bem cultural como patrimônio. O registro, na realidade, culmina esse processo, mas, eu pelo menos, sempre entendi que o inventário deveria ser também um grau de proteção, um grau de preservação, e na realidade, acho que talvez até o mais importante, na minha opinião. Inclusive porque, na medida que ele é feito de modo participativo, você deixa também com a

comunidade uma ferramenta para que ela continue documentando sobre aquele patrimônio. (SANT'ANNA, 2016).

O grupo também sugeriu algumas diretrizes metodológicas que este inventário deveria abordar para suprir a necessidade de informação sobre a situação das línguas no Brasil. Para que a ferramenta do inventário fosse testada e avaliada, o grupo optou pela realização de seis inventários-piloto, que abarcassem seis línguas de origens diferentes, faladas no Brasil, entre elas: uma língua indígena próxima da extinção, uma língua indígena de grande população, uma língua de imigração, uma língua afro-brasileira, uma língua crioula⁹ e por último a língua de sinais (INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI MBYA, 2011).

As línguas escolhidas para dar início ao projeto foram: Língua Guarani Mbya, como língua indígena com grande população, língua Ayuru, como língua indígena próxima da extinção, língua Asuriní do Tocantins, língua Juruna, língua Talian, como língua de imigração, língua das comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará e a língua brasileira de sinais (LIBRAS) do Nordeste.

O grupo também determinou que o inventário deveria seguir as seguintes metas:

O inventário de uma língua deve contemplar como suas metas e seus objetivos: identificação da língua (denominações, classificação e estatuto); demografia e distribuição geográfica; caracterização linguística e histórico-cultural; usos na sociedade (nas formas de cotidiano e em situações especiais); ações sobre a língua; levantamento de literatura oral, escrita e bibliografia com os principais estudos realizados sobre a língua; levantamento de produções audiovisuais realizadas na língua; lista de duzentas palavras; situações de uso (textos escritos e usos conversacionais registrados em um filme de cerca de três minutos).(INVENTÁRIO GUARANI, 2011,p.18).

⁹ LÍNGUAS CRIOULAS: línguas surgidas a partir da aquisição como língua materna por parte de um grupo social de uma língua pidgin. Pidgins são línguas formadas em situações de contato entre duas ou mais línguas, em que uma língua dominante é profundamente reformulada em seu léxico, gramática e fonologia devido a um processo de aquisição parcial e pela influência da (s) língua (s) faladas pelo grupo social que veio a adotar esse pidgin como língua materna. Ao se tornar uma língua materna, a língua crioula também adquire características novas, tornando-se funcionalmente equivalente a qualquer outra língua materna. Exemplos no Brasil: os Galibi-Marwórnó, os Karipuna e os Palikur, que vivem no estado do Amapá e falam uma língua crioula formada a partir do francês, como língua dominante, e diferentes línguas africanas e indígenas da Guiana-Francesa e Suriname. Embora o português seja a língua oficial e majoritária do país, existe a possibilidade de realização de ações específicas para promoção e valorização de suas variedades internas, que caracterizam identidades de grupos e processos históricos específicos de interesse para a política patrimonial. Fonte: Guia de pesquisa e documentação para o INDL, 2014, p.14.

O INDL foi assim instituído através do decreto 7.387/2010 sendo o instrumento oficial de reconhecimento de línguas como referência cultural brasileira. Conforme previsto no Decreto, o INDL tem como objetivo a *“identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”* (art. 10). (Guia de pesquisa para o INDL, 2014, p. 15).

Para que o INDL tenha efetividade, além da comunidade linguística, ele foi desenvolvido de forma a abarcar diferentes Ministérios, a fim de proporcionar o desenvolvimento adequado de políticas de preservação das línguas. Os ministérios envolvidos com o INDL são: Ministérios da Cultura (MinC), de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); da Educação (MEC); do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Justiça (MJ).

Levando-se em consideração a grade variedade linguística existente no Brasil adotou-se a seguinte categorização para as expressões linguísticas passíveis de inclusão no INDL: línguas indígenas, variedades dialetais da língua portuguesa; línguas de imigração; línguas de comunidades afro-brasileiras; línguas brasileiras de sinais; línguas crioulas.

O inventário então atuaria através de duas vertentes: reconhecimento e apoio e fomento. A política de reconhecimento visa inserir a língua no INDL a fim de proporcionar-lhe o título de Referência Cultural Brasileira e garantir sua preservação. Já as atividades de apoio e fomento são destinadas a manutenção dessa língua no contexto cultural, através de programas e projetos que valorizem a língua e as comunidades falantes.

O papel relevante das línguas para a vida das pessoas e grupos, para a sua história e a sua memória é reconhecido por meio do título de “Referência Cultural Brasileira”, emitido para cada língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Ao ser incluída no INDL a língua fará “jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público” (Decreto 7.387/2010, Art.5). (GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL, 2014, p.10).

O INDL busca ser uma ferramenta de proteção ampla e igualitária para todas as línguas faladas no país. Porém, buscando compreender melhor a situação linguística, suas características e especificidades, o Inventário determinou algumas regras para inserção da língua. Tais condições buscam mapear de forma eficiente

as regiões com maior número de indivíduos bilíngues e determinar a temporalidade da língua e suas influências na cultura no país atualmente.

Desse modo, ficou determinado que junto ao pedido de inventário de uma língua, a documentação trouxesse informações mostrando:

- Que a **língua é referência para a memória, a história e a identidade** dos diferentes grupos sociais que vivem no Brasil, como explicita o artigo 2º do Decreto 7.387/2010.
- Que a **língua existe como parte da vida social de uma comunidade**, seja através de usos cotidianos da língua ou em situações culturais especiais, ou mesmo preservada pelo conhecimento de seus últimos falantes fluentes.
- Que a comunidade para a qual a língua é referência **está em território brasileiro há pelo menos três gerações**. Isso, além de permitir identificar os processos de transmissão e a continuidade histórica da língua, possibilita a compreensão das mudanças e transformações ocorridas, inclusive em relação aos sentidos dados pelas próprias comunidades à língua e o modo como esta é representada nos diferentes contextos de uso. (Guia de documentação e pesquisa). (GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DO INDL, 2014, p.26).

Essas informações visam oferecer suporte para inserção da língua no INDL, pois através delas haverá maior conhecimento sobre a mesma e ampliara as formas de preservação. Muitas dessas línguas estão em processo de desaparecimento e a realização de uma ampla pesquisa, antes da inscrição no Inventário, visa preservar essa diversidade, de forma a manterem registrados dados sobre a língua que possam ser utilizados em ações futuras de salvaguarda desse patrimônio. A documentação levantada é encaminhada a uma comissão específica do INDL que fará a análise do pedido e dará seu parecer.

Muitas das línguas existentes correm risco de desaparecimento, motivo pelo qual é estratégica a realização de pesquisas que permitam não só gerar acervos sobre elas, mas também produzir diagnósticos para subsidiar a implantação de ações de fortalecimento e salvaguarda dessa diversidade. (GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL, 2014, p.10).

Para melhor compreender o funcionamento do INDL é necessário analisar os dados produzidos pelos inventários realizados até o momento. Sendo assim, nas seções seguintes serão sistematizados alguns dos principais dados levantados pelos Inventário da Língua Talian (2010), Guarani Mbya (2011) e Asurini do Tocantins (2011).

4.1 Inventário da língua Talian

O Talian foi escolhido como língua de imigração para o projeto-piloto do INDL por ter sido a primeira língua a pedir seu Registro em 2001. É uma língua falada na região sul do Brasil, com fortes características culturais e tradicionais, oriundas de diferentes partes do norte da Itália.

Considerada uma língua brasileira, o Talian, atualmente, é expressão linguística da cultura Taliana. Sua compreensão é fundamental para a compreensão da própria história regional e brasileira, em diferentes campos de conhecimento, para além do sociolinguístico. (INVENTÁRIO DA LÍNGUA TALIAN, 2014, p. 17).

O projeto de Inventário do Talian ficou a cargo da Universidade de Caxias do Sul. A metodologia utilizada pelos pesquisadores foi a aplicação de questionários, a fim de mapear as regiões com falantes de Talian e determinar um número aproximado de falantes. Os pesquisadores optaram por utilizar uma ferramenta já testada no Projeto Bilinguismo no Rio Grande do Sul (BIRS), na década de 1980. Esse questionário procurava identificar o número de falantes de outras línguas (línguas de imigração) no Rio Grande do Sul. Os pesquisadores do Inventário do Talian consideraram que seria uma ferramenta adequada e que possibilitaria a comparação entre o número de falantes da década de 1980 com o número de falantes da época (2009/2010).

O questionário citado foi aplicado em escolas de Ensino Médio em cidades do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná e Mato Grosso. E o público alvo foram alunos entre 16 e 19 anos. (INVENTÁRIO DO TALIAN, 2014, p.21).

Durante a aplicação dos questionários sobre a língua, os pesquisadores perceberam que muitos alunos não gostavam de responder se falavam Talian, ou respondiam que apenas falavam com os avós. Esse comportamento foi associado ao fato da urbanização das cidades e do uso frequente do português, deixando o uso do Talian apenas para os mais velhos ou para cidades mais interioranas.

O Inventário do Talian (2009, p. 32) cita que a “homogeneidade étnica e o isolamento geográfico são os dois fatores que mais contribuem para a manutenção do Talian”.

Levando-se em consideração que o primeiro pedido de registro de uma língua partiu de uma associação de apresentadores de rádio da língua Talian,

(ASSAPRORATABRAS), a pesquisa do Inventário considerou que seria de extrema importância mapear o número de programas existentes e a quantidade de falantes de Talian em cada equipe. A pesquisa considerou que os programas de rádios e as músicas em Talian eram um forte indicador da valorização da cultura e de sua importância na comunidade.

A organização dos apresentadores, o número de programas, bem como o tempo de existência dos mesmos e a sua receptividade na comunidade, foram, ao longo da pesquisa, justificando, não apenas a sua importância na construção e busca de metodologias para um inventário, como também, e principalmente, o seu papel na manutenção da língua. É preciso dizer que o Talian se destaca, neste item, em comparação com as demais línguas. (INVENTÁRIO TALIAN, 2014, p.46).

Além disso, foi pedido aos apresentadores de rádio que cedessem um tempo de sua programação para que os pesquisadores falassem com a comunidade sobre o Inventário e quais benefícios iria trazer para o reconhecimento da língua. Após esse contato, foi pedido que os ouvintes ligassem para a rádio para responderem um pequeno questionário sobre a língua.

Ao final, o Inventário da língua Talian foi produzido com base nos questionários aplicados nas escolas, nas entrevistas realizadas nas rádios e em alguns contatos com representantes dos municípios onde havia falantes das línguas. O projeto levou em consideração não só o número de falantes de cada região, mas a vitalidade da língua através de sua utilização em eventos, cerimônias, serviços do dia e produção literária. Foi percebido que, principalmente nas regiões do interior, a língua ainda é muito forte, sendo seu principal expoente cultural as músicas cantadas em Talian.

A língua Taliana é muito rica em sua cultura e possui um grande número de obras como livros, poemas, filmes e músicas escritos em Talian. Podemos citar, como uma de suas obras mais significativas o Nanetto Pipetta de Aquiles Bernardi, escrito entre os anos de 1924 e 1925. A obra é uma grande influência na língua Talian e já foi traduzida para idiomas como o português, espanhol, francês, italiano e hunsrückish, que é um dialeto alemão, também falado na região sul do país.

Podemos citar como outras obras de destaque, dois filmes produzidos por André Constantin: “Eco das Montanhas”¹⁰ e “Se milagres desejais”¹¹. Ambos contam um pouco da história da imigração italiana e como esse povo preservou sua identidade e desenvolveu essa nova forma de falar, o Talian, misturando a língua materna com as influências do português aqui falado.

Além da produção literária e musical, o Talian também é bastante falado em eventos na cidade, como citado pelos pesquisadores, a Festa da Uva, a Via Sacra, o Filó e Festa Taliana de Santa Catarina são alguns dos exemplos onde essa língua é utilizada. Grande parte desse material foi coletado pelos pesquisadores para compor o Inventário do Talian e ampliar o conhecimento sobre essa cultura tão rica.

4.2 Inventário da língua Guarani Mbya

A língua Guarani Mbya¹² entrou no projeto para registro no INDL contemplando a categoria de língua indígena com grande população e extensão territorial.

O inventário da língua Guarani Mbya¹³ (ILG) foi realizado pelo IPOL, em parceria com lideranças Guarani e pesquisadores de diversas áreas. A língua Guarani possui um amplo número de falantes, aproximadamente 5.735 mil, em grande parte do Sul e Sudeste brasileiro. No entanto, para realização do Inventário, o IPOL mapeou 72 aldeias, inventariando 69 delas, nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num total de 928 questionários respondidos.

A metodologia utilizada para a realização do Inventário da língua Guarani foi a aplicação de questionários, a serem respondidos por falantes da língua, moradores das aldeias selecionadas. Também foram coletados materiais audiovisuais e foi

¹⁰ Dirigido por André Constantin, 44 min. Conta a história de uma jovem italiano que encontra uma anciã brasileira, descendente de italianos, que se unem através do idioma antigo e constroem uma nova memória e tradições. Fonte: Inventário da Língua Talian

¹¹ Dirigido por André Constantin, 26 min. Conta a história de vários personagens que falam diferentes dialetos e sotaques e se encontram, dando origem a novos aspectos culturais e de identidade no Brasil. Fonte: Inventário da Língua Talian.

¹² Mbya é uma das três variedades modernas da Língua Guarani, da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi. As outras são o Nhandeva ou Chiripá/Txiripa/Xiripá ou Ava Guarani e o Kaiowa.

¹³ A Língua Guarani é falada amplamente em quatro países – Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil –, sendo designada língua oficial do Estado Paraguai, língua oficial para o trabalho no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ao lado do Português e do Espanhol, e língua co-oficial do Município de Tacuru, Mato Grosso do Sul, Brasil. Fonte: Inventário da Língua Guarani Mbya. IPOL. 2011.

realizado o registro de 200 palavras padrão da língua. (INVENTARIO GUARANI, 2011, p.28).

Uma das grandes dificuldades em se fazer o Inventário de uma língua é a pouca bibliografia existente sobre o assunto. Os dados levantados são, de uma maneira geral, ainda muito poucos, frente à grande diversidade de línguas. Em seu Inventário da língua Guarani Mbya, o IPOL cita que, os censos e pesquisas realizados até o momento (2011) não esclareciam o número de falantes de uma forma precisa, os dados eram sobre o número de moradores de uma aldeia ou o número de alunos matriculados em escolas bilíngues, tornando os dados poucos precisos.

Para Ladeira (2003 apud ILG, 2011), existem cerca de 34 mil falantes de Guarani no Brasil, desses, 5 mil são falantes de Guarani Mbya.

A valorização da língua pela comunidade falante é muito forte. Em pesquisa feita pelo IPOL constatou-se que do total de entrevistados, 98% tinham intenção de passar a língua para os filhos, 99% para os netos e 97% para os bisnetos. O número elevado condiz com os resultados da pesquisa, onde 99% dos filhos de falantes do Guarani também falavam a língua, mostrando que a transmissão intergeracional¹⁴, é extremamente alta nas aldeias Guarani.

Concluimos, portanto, que o ensino da Língua Guarani Mbya e a intenção de ensiná-la às gerações focalizadas são fatos afirmados pela quase totalidade dos chefes de família entrevistados. Comprovamos, com esses indicadores, o alto grau de valorização desta língua pelos falantes. (INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI MBYA, IPOL, 2011).

A manutenção da língua é também uma forma de manter a cultura, tradição e a memória do povo Guarani Mbya. Cultivar sua língua é mais do que uma forma de expressão, é uma forma de se identificar como indivíduo pertencente a uma comunidade com tradições e valor cultural.

Durante a realização do Inventário, foi percebido que as mulheres mantinham um modo de falar mais conservador em relação aos homens da aldeia. Os pesquisadores atribuíram isso ao fato de, na cultura Mbya, as mulheres serem as responsáveis por transmitir suas tradições as crianças. Outro ponto que chamou atenção dos pesquisadores foi a proximidade do Mbya com outras vertentes do

¹⁴ O índice de transmissão intergeracional é umas das especificações que o INDL exige sobre a língua. Se refere a quantidade percentual de descendentes (filhos e netos) que falam a língua.

Guarani. Isso se dá devido ao contato entre aldeias e a possibilidade de homens Mbya casarem-se com mulheres de outras aldeias. (INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI, 2011, p.78).

É importante ressaltar que a língua se desenvolve através de um contexto social, e que o território onde a comunidade está inserida está intimamente relacionado a isso. O povo Guarani passou uma parte de sua história, em movimentos migratórios, e com isso, a língua foi sendo alterada de acordo com a região em que a aldeia se estabelecia.

Como o território é ao mesmo tempo de natureza geográfica e social e a ele se vincula uma comunidade linguística histórica, o território linguístico sintetiza a relação dinâmica e fundamental que existe entre os dois (território e comunidade). Por isso, podemos dizer que o Território Linguístico corresponde a um espaço territorial e também simbólico, linguisticamente estruturado e sociopoliticamente compartilhado por uma comunidade linguística. (INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI, 2011)

A comunidade Guarani, como já visto, ocupa uma grande extensão do território nacional, e acima disso, grande importância cultural para o país. Percebe-se um empenho dos Guarani em conquistar direitos junto ao Estado, como educação, saúde e proteção ao ambiente em que vivem. É um grupo muito dinâmico, que busca a valorização de sua cultura de diversas maneiras, isso é percebido pelo alto valor cultural atribuído a sua língua. Além do inventário, os Guarani também participam de chamado Protocolo Guarani, projeto que visa a formação de professores indígenas, associado ao MEC. O ILG traz um pouco sobre essa conquista:

Exemplo da ressonância política dessa proatividade do povo Guarani foi a implantação, pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), de um programa inovador para formação de professores indígenas do Povo Guarani, conhecido como Protocolo Guarani. Reunindo alunos e professores Guarani que habitam no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro para formação em nível médio, esse protocolo deu voz aos sentidos de territorialidade que esse povo indígena, ao lado de muitos outros, reivindica historicamente (INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI, 2011, p.114).

Aliado a essas parcerias com o Estado também foi percebido a valorização da língua Guarani dentro de sua própria comunidade. Dentre os eventos citados pela tribo podemos destacar os grupos de teatro, festas na comunidade, o dia do índio, a semana cultural indígena, as danças Xondaro e a festa da colheita como momentos

em que a aldeia faz uso da língua, mantendo suas tradições e passando-as a seus descendentes.

É percebido, pelo alto índice de transmissão intergeracional que o povo Guarani tem bastante apego por sua língua. Um ponto de destaque para a valorização da língua Guarani pelos falantes está relacionado a cosmologia. Os Guarani possuem uma cultura muito forte de valorização das suas tradições, e a cosmologia, mitos relacionados a religião, cultura, tempo e até a produção agrícola são passados aos descendentes pela língua Guarani.

4.3 Inventário da língua Asuriní do Tocantins

A língua Asurini do Tocantins, também conhecida como Asurini do Trocará, foi inventariada pelo Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) da Universidade de Brasília.

A pesquisa foi realizada por um grupo interdisciplinar, que contava com linguistas, indigenistas musicistas, gestores, professores e lideranças Asuriní. O objetivo de uma equipe multidisciplinar era a de abordar diferentes aspectos da cultura Asuriní, que é bastante rica, e que tais aspectos pudessem ser estudados de forma eficiente por especialistas da área.

A metodologia da pesquisa para o inventário da língua Asuriní constituiu-se de: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, oficinas, sistematização dos dados e publicação do material produzido. Foram entrevistadas cerca de sessenta famílias, num total de 494 pessoas.

A língua Asuriní faz parte do tronco linguístico Tupi-Guarani. Atualmente, essa língua é considerada uma língua indígena em ameaça de extinção. Aquino (2010), afirma que a língua Asuriní vem passando por um processo de desgaste, desde a década de 1950, quando houve o primeiro contato dos índios com o SPI. O uso do português se tornou cada vez mais frequente, e, nos anos 1980, com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, o uso do português aumentou de forma exponencial, já o uso da língua Asuriní foi sendo cada vez mais reduzido.

Segundo Cabral (2006):

As novas gerações Asuriní já não aprendem a língua dos seus avós, também não aprendem com a sistemática de transmissão tradicional a história milenar de seu povo [...]. (CABRAL, 2006 apud INVENTÁRIO DA LÍNGUA ASURINÍ, p. 18).

Este fato pode ser comprovado com o baixo índice de transmissão intergeracional da língua Asuriní, apenas 6,3 % do total de entrevistados afirmaram que seus filhos e netos falam a língua. Este é um dado que chama a atenção, pois o número de falantes da língua Asuriní já está em quantidade reduzida, menos de 500 pessoas. O inventário então, além de mapear esses dados, visa junto com a comunidade, desenvolver estratégias que possam valorizar a língua e estimular sua fala dentro da comunidade.

Apesar do índice de transmissão intergeracional ser pequeno, foi percebido pelos pesquisadores, que os Asuriní reconhecem a importância da manutenção de sua língua e a necessidade de ensinar as crianças da aldeia. Em entrevista para o Inventário, uma anciã da aldeia, que ainda falava o Asuriní, afirmou:

A gente tem que ensinar as crianças na casa da Morosopia¹⁵, ela deve chamar os alunos todos os dias na casa dela e ensinar a língua, porque na casa deles eles não falam, não é na escola, é na casa. (INVENTÁRIO DA LÍNGUA ASURINÍ, 2011 p. 18).

Tal depoimento mostra como existe uma preocupação, principalmente dos moradores mais velhos, em ensinar a língua para seus descendentes. A moradora Asuriní ainda ressalta que, o problema não é a escola da aldeia, mas o fato dos mais jovens não utilizarem a língua em casa, no seu cotidiano.

Um ponto relevante quanto a utilização da língua é referente aos cantos e tradições Asuriní. Os pesquisadores perceberam que os pajés e anciãos da tribo mantinham o uso da língua em rituais de danças, cantos e durante a cura feita pelo pajé, no entanto, muito dos moradores mais jovens, apesar de participarem, não entendem o que está sendo dito. Esse fato é preocupante, já que, com o passar do tempo e uma possível extinção da língua, esses cantos e tradições perderão o significado, quando as novas gerações não forem mais capazes de compreendê-lo. Isso acarretaria não só na perda da língua, mas de toda uma tradição Asuriní.

¹⁵ Morosopia é uma moradora da aldeia Asuriní e professora da língua. É fluente em Asuriní e Português, fez parte do grupo de pesquisadores do Inventário auxiliando na tradução para o português de depoimentos falados na língua Asuriní.

Para que haja uma mudança nessa realidade, a comunidade se uniu a Secretaria Municipal de Educação, em um projeto para ensino da língua para crianças, através de danças, cantos, aulas e outras atividades, onde professores da língua auxiliam os moradores no desenvolvimento dessas atividades. Também se ressalta que novos professores da língua foram chamados a dar aulas na comunidade, a fim de estimular que os Asuriní preservem sua língua.

O INDL se insere nessa nova perspectiva de mudanças e valorização da língua e das tradições Asuriní. Aquino (2010), acredita que o Inventário trouxe a possibilidade do povo Asuriní de refletir e se conscientizar sobre os conhecimentos tradicionais que detém e que vem sendo desgastado desde a década de 1950.

4.4 Síntese das línguas inventariadas

As três línguas inventariadas até o momento passaram por uma extensa pesquisa envolvendo o levantamento de diversos elementos, como localização geográfica, quantidade de falantes, transmissão da línguas e utilização da mesma. Tais informações foram um pré-requisito que o GTDL determinou para que a realização do inventário fosse bem-sucedida.

Isso se deve, em primeiro lugar, a falta de literatura e produção bibliográfica sobre a realidade linguística no Brasil. Antes de inventariar uma língua é preciso conhecê-la, determinar suas especificidades, ouvir a comunidade falante para que o projeto se torne efetivamente participativo.

Os dados levantados foram de grande importância e abrangeram diversas áreas do conhecimento. Tais informações contribuíram para aumentar o conhecimento sobre a língua, aumentar a produção bibliográfica e ser uma fonte de conhecimento, tanto para futuros pesquisadores quanto para a própria comunidade.

[...] ele deve ser uma grande base de dados, que vai organizar dados que na realidade vão ser feitos como produção de conhecimento com várias metodologias ou vários inventários específicos diferentes, que aí não são proteção, são instrumentos de produção de conhecimento, mas na hora que a língua entra nesse inventário vira proteção, e vira patrimônio [...]. (SANT'ANNA,2016).

Dentre as línguas inventariadas, percebemos que o Talian e a língua Guarani Mbya possuem uma forte tradição cultural, que conta com a produção literária,

músicas e danças, tradições ainda realizadas em sua língua. Apesar da introdução do português, as tradições dessas comunidades ainda permanecem, de modo que o português não conseguiu sobrepujar sua língua materna.

Já no caso da língua Asuriní, percebe-se que o uso do português, o contato com indivíduos fora da aldeia e outras mudanças sociais acabaram por prejudicar a língua materna, deixando-a, em muitos casos, em segundo plano. Apesar de algumas iniciativas do Estado e da comunidade, prevalece o uso do português na maioria das formas de relacionamento na sociedade.

A tabela abaixo pretende reunir os dados considerados fundamentais para o conhecimento das línguas. Todas as informações sistematizadas abaixo foram retiradas dos Inventários da língua Talian, Guarani Mbya e Asuriní, produzidos respectivamente pela Universidade Federal de Caxias do Sul, IPOL e LALI/UnB.

Tabela 2: Dados sobre as línguas inventariadas.

Língua	Talian	Guarani Mbya	Asuriní do Tocantins
Nome oficial	Talian	Guarani Mbya	Asuriní do Tocantins ou Asuriní do Trocará
Autodenominação	Talian, Dialeto Vêneto, Coiné.	Guarani Mbya; Guarani	Asorínia se'enga; oré sé'enga
Localização geográfica	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso	São Paulo; Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul.	Tocantins
Origem	Italiana ¹⁶	Tronco: Tupi Família: Tupi-	Tronco: Tupi Família: Tupi-

¹⁶ Principalmente de quatro regiões: Vêneto (54%) Lombardia (33%), Trentino-Alto Adige (7%) e Friuli-Venezia Giulia (4,5%) e Piemonte, Emilia-Romagna, Toscana e Ligúria (com 1,5 %). Fonte: Inventário da Língua Talian.

		Guarani	Guarani	
Número falantes	de	500.000 ¹⁷	5.735 ¹⁸	494
Abrangência da pesquisa	da	Aproximadamente 1700 alunos entre 16 e 19 anos ¹⁹ .	69 aldeias inventariadas totalizando 928 questionários.	90 famílias pertencentes a uma aldeia.
Taxa de transmissão intergeracional	de		99% para filhos;	6,3% para filhos.
Estatuto	Língua imigração	de	Língua indígena supranacional	Língua indígena nacional
Ano do inventário	2010		2011	Entre 2009/2011
Língua oral/escrita	Oral e escrita		Oral e escrita	Oral e escrita

Tabela produzida pela autora

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística se insere em um contexto de reconhecimento da pluralidade linguística, não só nacional, mas mundial. Dentre as diversas mudanças ocorridas no sentido de valorizar esse tipo de patrimônio, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos como um marco na valorização da pluralidade linguística mundial.

¹⁷ Número aproximado de falantes do Italiano ou alguma língua derivada.

¹⁸ Foram excluídos os falantes de aldeias não inventariadas.

¹⁹ Para a realização do Inventário da Língua Talian foi utilizado um questionário desenvolvido pelo Projeto Bilinguismo no Rio Grande do Sul (BIRS). Tal projeto foi desenvolvido na década de 1980 e visava identificar o número de falantes de línguas de origem Italiana no RS. Foi aplicado com auxílio das Juntas de serviço militar, abarcando os jovens de 18 anos que acabavam de se alistar no exército. Para o projeto da língua Talian, optou-se por aplicar o questionário em escolas de Ensino Médio, abarcando jovens entre 16 e 19 anos. Os municípios no RS escolhidos para pesquisa foram: Caxias do Sul, Garibaldi, Nova Prata, Antônio Prado, Fagundes Varela, Serafina Corrêa, Guaporé, Encantado, Erechim, Severiano de Almeida e Jacutinga. No ES: Venda Nova do Imigrante e Santa Teresa. No Paraná: Colombo. Fonte: Inventário da língua Talian (2010).

Essa Declaração, realizada em Barcelona no ano de 1996, marcou o início de uma fase de valorização da pluralidade linguística, de reconhecimento e de direitos aos falantes, além de proporcionar uma ampliação no significado cultural que as diferentes línguas possuem. Em seu preâmbulo a Declaração afirma:

Conscientes de que é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a **assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas** e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUISTICOS, 1996). (Grifo nosso).

Assegurar o respeito e o desenvolvimento de todas as línguas é uma das características que podemos identificar no INDL. O Inventário busca valorizar, de forma equânime, as diferentes línguas faladas no Brasil, de forma a reconhecer que todas possuem importância cultural e histórica para o país.

Sant'Anna (2016) afirma que a escolha do Inventário como forma de preservação veio justamente da necessidade de colocar todas as línguas em 'pé de igualdade', ao contrário da ferramenta de Registro, que possui um caráter mais seletivo.

Em outro trajeto encontraremos o conjunto dos esforços e iniciativas de comunidades linguísticas brasileiras para se fazer ouvir pelo Estado naquilo que lhes foi historicamente negado pela tradição monolinguista: o reconhecimento de suas línguas como um bem social, fundamental para a plena formulação de seus conhecimentos e expansão de suas formas de vida e trabalho. (MORELLO, 2012, p. 33).

É importante ressaltar que o GTDL, em seu relatório final, defendia que a ferramenta do Inventário seria um antecessor a criação do Livro de Registro de Línguas. O inventário seria então uma grande base de dados que daria suporte ao futuro livro, onde seriam inscritas, em um primeiro momento, as línguas em perigo de extinção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa do IPHAN em instituir o INDL teve como objetivo produzir conhecimento sobre esse patrimônio, de forma colaborativa, mostrando as comunidades linguísticas a possibilidade de se preservar esse bem. Foi percebido nos três inventários produzidos, que os pesquisadores tiveram a preocupação de ouvir a comunidade e identificar suas principais necessidades quanto a manutenção da língua.

O projeto piloto do INDL, instituído em 2010, deveria contar com o Inventário de oito línguas:

- Comunidades indígenas Mahukwa e Matipu do Alto Xingu;
- Língua Asuriní do Tocantins como língua indígena;
- Língua Guarani Mbya como língua indígena com grande população;
- Língua Ayuru como língua indígena com poucos falantes;
- Língua Juruna como língua indígena;
- Língua Talian como língua de imigração;
- Língua Brasileira de Sinas (LIBRAS) do Nordeste; e
- Língua das comunidades Afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará.

O objetivo de inventariar línguas de diferentes origens e contextos era analisar como o Inventário iria funcionar para cada uma delas, o que serviria e o que deveria ser retirado, de acordo com as necessidades da língua. A prioridade seria então para as línguas que estivessem em risco de extinção, visando proporcionar meios de valorização e resgate das mesmas.

Buscar entender a forma de preservação das línguas é mais do que analisar ferramentas e instrumentos, é entender como esse patrimônio é percebido por sua comunidade falante e pela comunidade não falante, e compreender como esse patrimônio contribuiu para formação cultural do país atualmente.

Vimos que a Constituição Federal de 1988 foi um marco na ampliação dos direitos culturais da sociedade, ao reconhecer a existência de um patrimônio imaterial. Esse processo possibilitou que, dentre diversas outras manifestações culturais, a língua também pudesse ser passível de reconhecimento. Sant'Anna (2016) afirma que, apesar da constituição marcar o início de uma nova fase, a política de reconhecimento linguístico ainda demorou para se consolidar, levando em consideração que apenas em 2001 surgiu a primeira tentativa de registro de uma língua como patrimônio, e apenas em 2010 essa política realmente se efetivou.

Morello (2012) defende que o reconhecimento da pluralidade linguística nacional veio confirmar os direitos de um grupo social que por muito tempo foi reprimido e desvalorizado. A comunidade linguística teve papel fundamental na implantação dessa política de preservação, na medida que buscaram junto ao Estado, formas de guardar esse bem cultural.

Em outro trajeto encontraremos o conjunto dos esforços e iniciativas de comunidades linguísticas brasileiras para se fazer ouvir pelo Estado naquilo que lhes foi historicamente negado pela tradição monolinguista: o reconhecimento de suas línguas como um bem social, fundamental para a plena formulação de seus conhecimentos e expansão de suas formas de vida e trabalho. (MORELLO, 2012, p. 33)

Sant'Anna (2016) também corrobora essa ideia, ao afirmar que as comunidades linguísticas possuem empenho e dedicação ao tornar a língua um patrimônio, e que isso foi fator decisivo para efetivar a política de reconhecimento.

No entanto, até o momento, apenas três línguas foram inventariadas, duas indígenas e uma de imigração. Alguns inventários estão em andamento, como o Inventário da língua brasileira de sinais (LIBRAS), que será produzido em parceria com o IPHAN/ IPOL, inventário da língua Hunsrückish, língua de imigração de origem alemã, produzido pelo IPHAN/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e por último, o inventário da língua pomerana, também produzida pelo IPHAN/IPOL.

Tendo em vista os seis anos de vigência do INDL (2010/2016) podemos questionar se a política do inventário está realmente sendo efetiva, já que das oito línguas que compunham o projeto piloto, apenas três foram inventariadas. Outro ponto que me chamou atenção na pesquisa é a ausência de um inventário de línguas afro-brasileiras, assim como de línguas crioulas.

Se um dos objetivos do Inventário seria a preservação de línguas em risco de extinção, existe uma lacuna com relação a essas línguas, que precisa ser preenchida. Sant'Anna (2016), acredita que a melhor forma para efetivação dessa ferramenta de preservação é a sua utilização, é fazer com que a sociedade a conheça e seja capaz de utilizá-la também.

Olha, esse inventário foi pensado também, como uma maneira de dar a conhecer, a sociedade brasileira, de um modo geral, essa diversidade. Agora, é claro, ele precisa ser utilizado, ele precisa funcionar como uma política pública, da mesma maneira que há uma política de registro, que a gente pode dizer que foi razoavelmente bem-sucedida. **É preciso que esse inventário ganhe força, e ele só vai ganhar força mediante sua aplicação e o cumprimento dos efeitos que estão ali.** (SANT'ANNA, 2016, grifo nosso).

O principal objetivo desse trabalho era compreender as razões que fizeram o IPHAN optar pela realização de um Inventário como forma de preservação, e não o Registro das línguas em um livro específico. Durante minha pesquisa, percebi que uma das principais razões citadas era a falta de conhecimento sobre esse patrimônio e a dificuldade em determinar qual língua seria registrada em detrimento de outras. Entende-se, no entanto, que o Inventário seria uma forma de preservação mais ampla, capaz de abarcar as necessidades e particularidades de cada língua. Sant'Anna esclarece:

[...] embora ele não se proponha a ter um grau de reconhecimento decorrente de uma seleção tão afinada quanto o instrumento de registro, ele seria um instrumento de reconhecimento formal que, ao estabelecer nos artigos 2 o. e 9 o. que as línguas inventariadas sejam “referências culturais brasileiras”. (SANT'ANNA apud CARDOSO, p. 84)

Para que o INDL se consolide como uma ferramenta de preservação ampla, é preciso que haja maior divulgação e apoio por parte do Estado. Sant'Anna (2016) afirma que, atualmente, vivemos um momento de instabilidade política, que pode prejudicar o andamento das políticas linguísticas. A autora também afirma que é necessário que os ministérios que compõem a política linguística se integrem mais, de forma a proporcionar maior efetividade ao INDL.

Nesse contexto, entra em questão a necessidade de estabelecer uma política de fomento ao INDL, de forma a proporcionar, além do inventário em si, políticas posteriores de divulgação das línguas. Durante as pesquisas para produção desse

trabalho, senti falta de referências a respeito de projetos atuais de valorização dessas línguas.

Sendo assim, a afirmação de Morello (2012) se faz pertinente:

Entra em cena, neste caso, a necessidade de se garantir o foco político do inventário: o de ser instrumento de conhecimento e gestão da realidade linguística brasileira e não apenas de arquivamento de línguas. (MORELLO, 2012, p. 36).

Considero que a ferramenta do INDL deve, mais do que descrever uma língua, encontrar fontes e maneiras de preservá-la e fomentá-la levando-se em consideração que a língua é um patrimônio vivo que está em constante mudança e que não cabe ao inventário, torná-la estática. Além da necessidade de tornar o INDL uma ferramenta mais ampla e participativa, existe a necessidade de produzir conhecimento a respeito dessas línguas, de sua situação e características. O inventário seria a porta de entrada para um maior conhecimento da sociedade em geral, sobre esse patrimônio. Deve ser um instrumento propositivo de políticas para a área e de novos marcos regulatórios.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, Cléo. **Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil**. 2004. p.83-93.

AQUINO, Letícia. **Pesquisa sociolinguística entre os Asuriní do Tocantins**. Contribuição para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Dissertação. Universidade de Brasília. 2010

BRASIL. **Decreto 406 de 4 de maio de 1938**. Disponível em <http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1938-05-04:406&url=http%3A%2F%2Flegis.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D12803%26tipoDocumento%3DDEL%26tipoTexto%3DPUB&exec>
Acesso em: 22 de abril de 2016.

BRASIL. **Decreto 3.551/00. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial**. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/101954/decreto-3551-00>> Acesso em: 28 de abril de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>
Acesso em: 28 de abril de 2016.

CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama. **Línguas como patrimônio cultural: etnografia de um debate**. Dissertação. Universidade de Brasília. 2010.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil: legislações e políticas estaduais**. EDUCARTE. Brasília. 2008.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação e Saúde. 1946.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Definição de inventário. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=invent%20rio> > Acesso em 11 de abril de 2016.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000

GRUPO DE TRABALHO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO BRASIL. (GTDL). Relatório de atividades (2006-2007).

GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL. Patrimônio Cultural de Diversidade linguística. Brasília, DF. IPHAN. 2014. Volume 1.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **O avanço na definição do patrimônio cultural brasileiro na constituição federal de 1988**.

INVENTÁRIO DA LÍNGUA TALIAN. Universidade de Caxias do Sul. 2010.

INVENTÁRIO DA LÍNGUA GUARANI MBYA. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em política linguística (IPOL). 2011.

INVENTÁRIO DA ASURINÍ DO TOCANTINS. Laboratório de línguas indígenas. Universidade de Brasília. 2011.

MANUAL DE APLICAÇÃO DO INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. Departamento de Identificação e Documentação. IPHAN. MinC. 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11164>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

MORELLO, Rosângela. **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras**: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Gragoatá. Niterói, n.32, p.43-53. 2012.

MORELLO, Rosângela. OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. **Revista Linguagem**. UFSCar.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil**. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**. Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo. Editora Hucitec: Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: Monolingüismo e preconceito linguístico. **Revista linguagem**. 11º edição. 2009.

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE A CRIAÇÃO DO LIVRO PARA REGISTRO DAS LÍNGUAS BRASILEIRAS. Brasília. 2009.

ROCHA, Simone. **O poder da linguagem na Era Vargas**: o abrasileiramento do imigrante. Anais do 6º Encontro Celsul - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul.

RONSANI, Luciana Vargas. **Os efeitos de sentido da política linguística da Era Vargas: os sujeitos e as línguas**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2015.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. FGV/CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN> Acesso em: 14/maio/2016.

VADE MECUM. Editora Saraiva. 10º edição. São Paulo. Saraiva. 2010.

VARIN, Hugues de. **Patrimônio e educação popular**. Ciência. Let., Porto Alegre, n.31, p. 287-296, jan.2002.

REFERENCIA COMPLEMENTAR

SANT'ANNA, Márcia. Entrevista cedida a autora no dia 18 de abril de 2016.

ANEXO 1

ENTREVISTA COM MÁRCIA SANT'ANNA

1. Qual o objetivo do IPHAN ao instituir o inventário como forma de salvaguarda?

O inventário é, até mesmo segundo a convenção da UNESCO, e nós já sabíamos disso antes da convenção da UNESCO, ele é uma forma essencial de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Eu diria, na minha maneira de ver, que o inventário é mais importante até que o registro, porque ele que permite as instituições de preservação do patrimônio, de fato, conhecerem adequadamente o bem que quer proteger, e uma maneira também de junto com as comunidades, construir esse bem cultural como patrimônio. O registro, na realidade, culmina esse processo, mas, eu pelo menos, sempre entendi que o inventário deveria ser também um grau de proteção, um grau de preservação, e na realidade, acho que talvez até o mais importante, na minha opinião. Inclusive porque na medida que ele é feito de modo participativo, você deixa também com a comunidade uma ferramenta para que ela continue documentando sobre aquele patrimônio. E no caso dos bens culturais imateriais, essa documentação é essencial, porque a cada inventário que se faz, na realidade você tem apenas um retrato daquele momento, e dali a um tempo já é preciso outro retrato. Mesmo no caso do registro ele prevê isso, essa reavaliação a cada dez anos. Mas qual é o instrumento que de fato vai fazer essa reavaliação? É o inventário. Na realidade é como se daqui a dez anos fosse fazer um novo inventário para se verificar o que aconteceu, o que deu certo e o que não deu, que rumos aquele bem tomou.

2. Você acredita que o Inventário (INDL) está cumprindo sua função?

Eu tenho dificuldade de responder essa questão porque eu saí do departamento do patrimônio imaterial (DPI/IPHAN), em 2010, no ano em que o decreto foi aprovado, foi promulgado. Eu participei muito, e muito intensamente, do momento anterior, no momento de discussão com os linguistas e com vários representantes de comunidades, o que fazer, como conduzir, e também com representantes de outros ministérios, né, sobre como conduzir a questão e depois eu me aposentei, como você sabe, e tive que voltar para Bahia, que é onde eu tenho família, e lá eu acabei fazendo um concurso para Universidade, agora sou professora e não tive

condições de seguir, pelo menos não com a mesma intensidade. Eu sei que foram feitos alguns inventários, sei que teve muita dificuldade nesse processo. Conversei muito pouco com o Marcos Vinícius, que era a pessoa do IPHAN, que depois que eu saí ficou com a incumbência de seguir esse assunto, mas de qualquer modo houve alguma evolução, porque não se trata de um campo fácil. Agora claro, minha expectativa, e é só uma expectativa, era que tivesse andado mais. Mas eu, estando fora da instituição não posso elaborar uma crítica, até porque eu não tenho noção dos motivos e nem do que exatamente aconteceu para que isso não tivesse andado muito.

3. Você acredita que só o Inventário é suficiente para salvaguarda ou é necessário, futuramente, a criação do Livro de Registro?

Esse decreto, ele foi formatado, e isso foi muito discutido no GTDL (Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística), que foi o grupo que trabalhou com os representantes de comunidades e com os ministérios. E esse decreto criou um instrumento que é de proteção também. Se você ler o artigo 216 da constituição você vai ver que ali é dito que existem várias formas de acautelamento e proteção, e a expressão inventário é citada. O registro tem força legal porque a constituição cita o registro e o inventário também tem força legal, porque a constituição também cita o Inventário. Os juristas mais contemporâneos, os juristas mais afinados, não são legalista, positivista do direito e recentemente até um orientando meu fez uma dissertação, onde explica que os direitos culturais foram reconhecidos na constituição como direitos fundamentais, e isso significa que o que está dito na constituição tem aplicação imediata, sem necessidade de qualquer lei. Mesmo que esses decretos não existissem, o que está ali na constituição, por se tratar de direito fundamental, tem força de lei. Se a constituição diz que o patrimônio será preservado a partir de tombamento, inventário, registro e outros, é isso que basta. O decreto apenas regulamenta isso, tanto o decreto do registro quanto esse, regulamenta esse princípio que está ali, eles apenas vão dizer que no caso do inventário das línguas, vai acontecer dessa ou dessa maneira, mas que confere a proteção é a constituição, então eu não entendo qual seria a necessidade de criar um livro de registro. A menos que qualquer um entenda que o inventário é um instrumento menor, mas a constituição não estabelece uma hierarquia entre esses instrumentos.

4. Você acredita que o inventário está próximo da sociedade? É uma ferramenta acessível?

Olha, esse inventário foi pensado também, como uma maneira de dar a conhecer, a sociedade brasileira, de um modo geral, essa diversidade. Agora, é claro, ele precisa ser utilizado, ele precisa funcionar como uma política pública, da mesma maneira que há uma política de registro, que a gente pode dizer que foi razoavelmente bem-sucedida. É preciso que esse inventário ganhe força, e ele só vai ganhar força mediante sua aplicação e o cumprimento dos efeitos que estão ali, que, se você olhar, uma das coisas é divulgação, eu não me lembro do texto mais, exatamente, mas eu me lembro que uma das coisas era que a língua inventariada, o fato dela estar inventariada, cria obrigação para união, Estados e municípios, de divulga-la, apoia-la e etc. Ele pretende ser um instrumento que vai funcionar nesse sentido, né? Porque imagina, nós temos, ou tínhamos, não sei mais agora, mas na época que ele foi promulgado, havia, só de línguas indígenas ainda em uso, umas sessenta, imagine que todas elas venham a ser inventariadas, e que isso seja divulgado e tenha consequências, você começa a ter uma situação no país, em que essa ideia de que somos monolíngues, ela vai caindo por terra. Agora é preciso, e foi por isso inclusive, que nós fizemos questão que essa fosse uma política integrada, não fosse uma política só do Ministério da Cultura, fosse uma política da Educação, fosse uma política da Justiça, fosse uma política da Ciência e Tecnologia, ou seja, uma política de vários Ministérios, para que esse tipo de difusão, inclusive, encontrasse uma capilaridade ainda maior, agora, tem que funcionar.

Se você quiser, esse estudo que te falei, que defende essa noção que eu acabei de descrever, relacionada a constituição, é uma dissertação de mestrado que foi defendida em 2014 no PEP, que é o Programa de Mestrado Profissional do próprio IPHAN, eu acho até que através do DPI você pode ter acesso a ela, eu não me lembro do título, mas o autor é o Hermano Fabrício Guanaes e Queiroz.

5. Qual era a composição do GTDL?

O IPHAN representando a Cultura, nós tínhamos uma pessoa do Ministério da Educação, tínhamos um linguista ligado ao Museu Goeldi, que é do Ministério da Ciência e Tecnologia, tínhamos um representante do Ministério da Justiça, tinha um representante de comunidades, que era o Gilvan Muller que era de uma ONG, o IPOL que representava os falantes das línguas, tínhamos o Aron Rodrigues, da UnB, que é linguista, tinha a Cecília Londres, agora não me lembro se ela representava o MinC ou o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que eu me lembre eram esses.

6. Você acha que a constituição federal de 1988 foi um marco na preservação dos bens imateriais?

A constituição trouxe uma base legal para que tudo isso se constituísse, mas, se você pensa que ela é de 1988 e de fato essa regulamentação, essa implementação da política só começa de verdade em 2002, os decretos são de 2000, mas assim, a implementação mesmo ocorreu em 2002. Então assim, mesmo considerando o ano 2000 houve um hiato de doze anos entre uma coisa e outra, então, embora a constituição tenha avançado muito e tenha dado as bases legais a implementação demorou bastante, e se você for pensar nas línguas demorou ainda mais, porque esse processo começa em 2006 ou 2007 e só termina em 2010, porque houve muita discussão.

Um dos raciocínios que tivemos foi: com base em que nós vamos dizer que a língua tucano é menos importante do que outra qualquer. A ideia acabou evoluindo de fato para questão do inventário por isso, porque ele colocaria todas as línguas, de fato, em pé de igualdade, e são muitas, só indígenas são sessenta ou mais, fora as línguas quilombolas que não se sabe nem quantas são, fora falares crioulos, fora regionalismos, que são variantes do próprio português, então como você vai fazer um recorte dentro disso. Se você pensar, no caso das celebrações por exemplo, você pode fazer esse recorte, porque uma comunidade vai existir sempre várias celebrações, mas a própria comunidade vai saber dizer qual é a mais importante, agora a língua não, a língua é fundamental sempre, então, ou você registra todas ou cria um instrumento que abarque todas elas, e eu volta a defender que não existe hierarquia entre registro e inventário. O INRC por exemplo é um inventário, mas não é um instrumento de proteção é um instrumento apenas de gestão, a gente pode dizer. Agora o INDL é tudo isso ao mesmo tempo, ele é instrumento de produção de

conhecimento, na realidade nem tanto, ele deve ser uma grande base de dados, que vai organizar dados que na realidade vão ser feitos como produção de conhecimento com várias metodologias ou vários inventários específicos diferentes, que aí não são proteção, são instrumentos de produção de conhecimento, mas na hora que a língua entra nesse inventário vira proteção, e vira patrimônio, então eu sinceramente não vejo diferença. Hoje isso está até mais claro para mim do que estava em 2010, depois do trabalho do Hermano eu passei a ter certeza disso, que não há hierarquia entre esses instrumentos quando eles são instrumentos de reconhecimento e proteção. Tombamento, registro e inventário, quando é para funcionar como reconhecimento, é tudo igual, as coisas vão apenas se adaptando a essa diversidade e diferenças que há entre esses universos.

Agora, eu acredito que as políticas linguísticas surgiram em um momento político de instabilidade política, e talvez por isso, não tenham se consolidado de forma muito eficiente. No entanto, eu acredito que as comunidades linguísticas tenham muito empenho e dedicação em tornar a língua um patrimônio. Isso pode ser um efeito positivo, já que a pressão da comunidade e a necessidade de tornar a língua um patrimônio seja um fator forte na consolidação desse bem imaterial.

Hoje em dia estamos passando por um momento de instabilidade política que pode afetar muito nas políticas culturais. É necessário que não só o Ministério da Cultura, mas principalmente o Ministério da Educação, se empenhe em preservar esses bens. Já que é uma política interministerial, tem que haver a participação de todos.

ANEXO 2

DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA: Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de "Referência Cultural Brasileira", expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

Art. 5º As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.

Art. 7º O Ministério da Cultura instituirá comissão técnica com a finalidade de examinar as propostas de inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, integrada por representantes dos Ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Os membros da comissão técnica serão indicados pelos titulares dos órgãos que o integram e designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º A comissão técnica poderá convidar representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que possuam línguas cuja inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística tenha sido indicada, bem como especialistas para participarem de suas discussões e atividades.

§ 3º A comissão técnica poderá contratar consultores, de acordo com a legislação aplicável, para a discussão e exame de questões específicas.

§ 4º A coordenação da comissão técnica será exercida pelo Ministério da Cultura, que prestará o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do colegiado.

§ 5º A participação na comissão técnica será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

João Luiz Silva Ferreira

Sergio Machado Rezende

ANEXO 3

LISTA DE PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA DO BRASIL - GTDL

- Márcia Sant'Anna, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC), coordenadora do grupo;
- Deputado Carlos Augusto Abicalil e Maria do Rosário Almeida (suplente), da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados;
- Susana Grillo Guimarães, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC);
- Dennis Moore, do Museu Emílio Goeldi do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- José Carlos Levinho, do Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça (FUNAI/MJ);
- Nilza de Oliveira Martins Pereira, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IBGE/MPOG);
- Juscelina Nascimento, da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC);
- Aryon Dall'Igna Rodrigues, do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (UnB);
- Maria Cecília Londres, do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan;
- Jurema Machado, do Escritório da UNESCO no Brasil.
- Gilvan Müller de Oliveira e Francisca Picanço (suplente) do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL);